

# A Demagogia Também se Desgasta

O sr. Getúlio Vargas não se conforma. Pode recuar, e tem recuado: mas é para voltar à carga em ocasião mais oportuna e, talvez com maior energia.

Ele é o Presidente constitucional do Brasil. Fazendo-se candidato na vigência do atual estatuto político, elegendo-se e empessando-se, aceitou formalmente o regime com todas as suas limitações. E comprometeu-se, mais, a velar por êle. Apesar disto, os seus primeiros atos, as suas primeiras palavras, no cargo, tendiam, como devem todos estar lembrados, à subversão do regime, que êle só compreende sem os freios e contrapesos, que a Constituição procura pôr-lhe.

Tal foi a reação despertada pela mal disfarçada tentativa de peronizar o País, que êle recuou, dando a impressão de se resignar ao desempenho do seu papel constitucional. E' que o ambiente não era, e continua não sendo favorável a tais aventuras. E teve de recolher as velas o navegador audaz.

A data de primeiro de Maio, que no Brasil se tornou quase uma data pessoal, como a do aniversário natalício, veio dar ensejo a mais uma sortida do persistentemente adversário da democracia. O chefe ia retomar contato com as turbas. E para elas preparara um grande espetáculo, onde, a par das clássicas exhibições circenses, lhes anunciaria uma verdadeira revolução. O povo, mais precisamente, os trabalhadores iriam começar a sua participação no govêrno. Ali estava a primeira manifestação. O I. A. P. E. T. C. ia ser dirigido por um modesto membro da classe por um simples chauffeur de lotação.

Não vale a pena desnudar a farsa. A imprensa carioca já o noticiou amplamente: o "chauffeur" ha vários anos deixara de o ser, pois se aboletara no farto funcionalismo da Prefeitura do Distrito, e não passava de um cabo eleitoral da família Vargas, que o solícito Ministro do Trabalho recompensava regularmente com um alto e ambicionado cargo.

Concedamos, porém, fôsse o novo presidente do IAPETC um membro autêntico e atual de um dos grupos profissionais, que naquela organização deveriam receber assistência. Seria aconselhável tal critério? E seria isto o que vinham reclamando as classes interessadas?

Claro é que não. Não pode ser fácil tarefa dirigir uma destas entidades, verdadeiro Estado no Estado. Requer-se, para tanto, alta capacidade administrativa, além de conhecimentos especializados. O que se pedia com toda razão, é que, em vez de providos com um critério estritamente político, fossem entregues os postos de direção a pessoas capazes e merecedoras da confiança dos associados. E, sobretudo, que êstes pudessem fiscalizar eficazmente os negocios do seu Instituto. Para se chegar a tal resultado, haveria vários métodos, mas nenhum seria o de retirar arbitrariamente, discricionariamente o administrador, do seio da classe interessada. O IAPETC está sendo dirigido por um chauffeur, não há dúvida. Mas êste chauffeur poderá não usufruir a confiança dos seus colegas, em geral, e, ainda menos, de outras classes consociadas, como a dos estivadores. Neste caso, que importaria fôsse um chauffeur o presidente do IAPETC?

O sr. Getúlio Vargas, porém, não se embaraça com raciocínios tão elementares. A boa ou má administração do IAPETC é para êle cousa, não dizemos indiferente, mas secundária. Outro é o seu objetivo claro, evidente, pode-se dizer, confessado: abalar os fundamentos morais e constitucionais do regime.

Quero o povo comigo, no govêrno — diz êle depois de o haver exercido, por quase ano e meio, com a fina flor da plutocracia. Substituirá êle, para isto, os seus ministros, trocando-os por verdadeiros expoentes das classes populares? Não. O que êle deseja é sindicalizar compulsoriamente a Nação e atribuir

aos sindicatos um papel eminentemente político. O que êle pretende, em suma, é instituir um regime corporativo, em que possa assentar o seu dominio pessoal. Neste sentido são os apelos que desde a posse, vem dirigindo aos trabalhadores e acaba de renovar em seu discurso de Primeiro de Maio.

Não poderia haver, entretanto, atitude mais anti-constitucional, mais subversiva, mais revolucionária. Claramente definidas se acham, na Constituição vigente, as funções dos sindicatos profissionais e exatamente configurados estão os órgãos políticos por que se governa o País. "São Poderes da União — reza o art.º 36 — o Legislativo, o Executivo e o Judiciário

"O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal" — diz o art.º 37. "O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República" — estabelece o art.º 78. "E' livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercicio de funções delegadas pelo poder público" — estipula o art.º 159.

O sindicato que a Constituição reconhece é, pois, um órgão meramente profissional e livre, destinado à representação de interesses determinados; não é um órgão político, isto é, elaborador da vontade do Estado. E, se alguma vez exerce função de ordem administrativa, trata-se de simples delegação de poder público. Como, pois, atribuir-lhes o papel eminentemente político preconizado pelo sr. Getúlio Vargas, sem deturpar o caracter dos sindicatos profissionais e sem invadir a esfera privativa dos Poderes instituidos pela Constituição?

Nenhuma dúvida pode, pois, haver de que, a 1.º de Maio, o atual Presidente da República retomou a sua conhecida posição subversiva. Mas (não sabemos se terá atentado na diferença) os seus sortilegios já não impressionam o povo. A assistência do estadio do Vasco só interessavam as competições desportivas e, no Jockey Clube, para onde se dirigiu logo depois, foi nas tribunas dos sócios que houve palmas — evidentemente palmas protocolares. A restante assistência só não ficou indiferente, porque do seio dela foi que partiu a incontinência. Tudo cansa e a demagogia tambem se desgasta. Valhamos esta lei da sábia natureza...